

MAI tenta tapar buracos financeiros. Polícias dizem que reforço do orçamento é fundamental

Os bicos dos fogões não acendem porque o gás foi cortado. Água quente para o banho só de quando em vez. Receber os subsídios impostos por lei assemelha-se a uma grande aventura. E agora, para cúmulo, até as autoridades já têm ordens de despejo por não cumprirem as respectivas obrigações financeiras. Não, estes não são os tópicos de um argumento de um filme pronto a estrear. É a realidade que grassa na GNR e na PSP. Esta semana, em São Domingos de Rana, Cascais, até a polícia recebeu ordem de despejo.

Nas instalações da Divisão de Trânsito da PSP de São Domingos de Rana, freguesia que tem cerca de 44 mil habitantes, está afixado um papel em que se dá conta que a polícia tem de desocupar o espaço até final do mês. O que se passou? A junta de freguesia local, que pagava a renda, cessou o contrato com a PSP, que, por sua vez, deveria ter abandonado o local ou assumir os pagamentos. Como não fez nem uma coisa nem outra, o proprietário do edifício não esteve com meias-medidas e iniciou, judicialmente, os procedimentos para recuperar o que lhe pertence. Até agora, a polícia ainda não tem para onde ir.

No início da semana, na Escola Prática da GNR, em Queluz, a solução encontrada foi mandar centenas de instruídos almoçar à rua e por conta própria. O gás fora cortado por falta de pagamento. A água quente para os banhos só não acabou nos balneários dos oficiais.

"Tudo isto é lastimável. É lastimável o estado a que chegou a situação das forças policiais em Portugal. Se tiver que executar a ordem de despejo em São Domingos de Rana, quem é que o vai fazer? Será a própria PSP ou chama-se a GNR?", questiona Armando Ferreira, presidente do Sindicato Nacional da Polícia (SINAPOL).

"Défice de 86 milhões"

O quadro escurece ainda mais quando o presidente da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP), Paulo Rodrigues, faz contas ao Orçamento do Estado aprovado para a PSP em 2011 e chega à conclusão de que "o défice é de 86 milhões de euros". "Já há dois meses que a polícia deixou de pagar, outra vez, o subsídio de fardamento. Em breve, temo que deixe de pagar os suplementos de turno e patrulha. Também sei que o dinheiro disponível para este ano, para os serviços na assistência na doença, não chega sequer para pagar as dívidas do ano passado", diz o mesmo dirigente sindical.

Paulo Rodrigues teme ainda que, caso não se faça uma rectificação urgente do orçamento da PSP, deixe de haver capacidade para pagar qualquer tipo de dívida.

Na impossibilidade de obter respostas em tempo útil por parte da direcção nacional da PSP e do comando geral da GNR, o PÚBLICO contactou uma fonte do Ministério da Administração Interna, a qual, apelando ao sigilo, garantiu que "o problema da GNR já está resolvido" e que na PSP "tentar-se-ão solucionar eventuais problemas sempre que forem detectados". O dinheiro para pagar a credores na GNR terá sido disponibilizado após intervenção do ministro Rui Pereira.

O PÚBLICO tentou ainda, sem resultado, saber qual a opinião de dirigentes associativos da GNR face à situação financeira da corporação. Não foi, no entanto, possível obter qualquer depoimento.

Mais esclarecedora foi a resposta do presidente do SINAPOL relativamente aos eventuais credores da PSP: "São, pelo menos, os 22 mil polícias do efectivo", lembrando que não só têm a receber as verbas do subsídio de fardamento como ainda aguardam a devolução do dinheiro do extinto Fundo de Fardamento (que não pertencia à PSP mas sim aos seus efectivos), que lhes foi retirado "para tapar os buracos que foram surgindo".